



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2002

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 3, mar.2002. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,9 bilhão no mês de março. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 57,8 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado no ano atingiu R\$ 10,4 bilhões, valor equivalente a 3,46% do PIB estimado para o período.

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,9 bilhão em março de 2002.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Feb 2002	Mar 2002	Jan-Mar 2001	Jan-Mar 2002
I. RECEITA TOTAL	23.994,0	23.442,5	62.816,0	76.731,1
I.1. Receitas do Tesouro	18.810,2	18.260,7	48.769,3	61.234,3
I.1.1 Receita Bruta	19.160,7	18.465,4	49.758,2	62.046,4
I.1.2. (-) Restituições	-350,6	-204,8	-850,5	-712,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-138,4	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.183,8	5.181,8	14.046,7	15.496,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.436,9	4.329,5	11.497,4	14.574,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.557,0	19.112,9	51.318,6	62.156,5
IV. DESPESA TOTAL	16.054,5	17.148,8	44.417,7	51.606,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.477,6	5.275,2	15.648,5	17.997,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.254,7	6.316,7	16.009,9	18.729,2
IV.3. Custeio e Capital	4.322,3	5.556,9	12.759,3	14.880,3
IV.3.1. Despesas do FAT	627,5	480,1	1.351,9	1.443,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	93,1	191,7	882,2	425,1
IV.3.3. Outras Despesas	3.601,6	4.885,1	10.525,1	13.012,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.502,5	1.964,1	6.900,9	10.550,0
V.1. Tesouro Nacional	3.573,4	3.099,0	8.864,1	13.782,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.070,9	-1.134,9	-1.963,2	-3.232,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-53,2	-57,8	-147,1	-133,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.449,3	1.906,3	6.753,8	10.416,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,45%	3,46%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001, no valor de R\$ 359,1 milhões até março.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: mar2002/mar2001	
Receitas	22,2%
Tesouro	25,6%
Previdência	10,3%
Transferências	26,8%
Receita Líquida	21,1%
Despesas	16,2%
Benefícios	17,0%
Pessoal	15,0%
Custeio e Capital	16,6%

No ano, o superávit primário do governo central foi R\$ 3,7 bilhões superior ao obtido no primeiro trimestre de 2001. As receitas totais cresceram R\$ 13,9 bilhões (22,2%), atingindo o montante de R\$ 76,7 bilhões no período. Cabe destacar a arrecadação extraordinária decorrente do pagamento de tributos em atraso por fundos de pensão (R\$ 4,3 bilhões) e da tributação sobre a operação de permuta de títulos públicos da Petrobras (R\$ 1,1 bilhão). Além disso, foi registrado aumento da receita com CPMF, em decorrência da mudança na alíquota de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, com impacto de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,8%	25,5%
Transferências	4,2%	4,8%
Receita Líquida	18,6%	20,6%
Despesa Total	16,1%	17,1%
Resultado Primário	2,4%	3,5%

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,6 bilhões no primeiro trimestre do ano, tendo acompanhado o comportamento das receitas partilhadas e aumentado 26,8% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Com isso, a receita líquida do governo central perfez R\$ 62,2 bilhões até março, 21,1% acima da verificada nos três primeiros meses de 2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,2%	4,6%
Previdência Social	-0,7%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	2,4%	3,5%

Por sua vez, as despesas do governo central atingiram R\$ 51,6 bilhões no período, tendo crescido R\$ 7,2 bilhões (16,2%) em relação ao acumulado de janeiro a março do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 2,3 bilhões (15,0%) devido, entre outros fatores: i) ao aumento salarial de 3,5% concedido em 2002 ao funcionalismo público federal; ii) ao realinhamento salarial e reestruturação de algumas carreiras específicas ocorridas no ano passado; e iii) ao pagamento, em janeiro, da segunda parcela referente ao passivo dos anuênios devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único. Esses fatores impactaram a folha do primeiro trimestre de 2002, sem correspondência no mesmo período do ano anterior. Quanto às despesas com custeio e capital, houve acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (16,6%) no ano, justificado, em alguma medida, pela maior liberação para custeio e investimento nas áreas de saúde e educação. Dos R\$ 2,1 bilhões gastos a mais nessa rubrica, cerca de R\$ 1,1 bilhão foram destinados às mencionadas áreas.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Mar (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	14,0	15,5
Benefícios	16,0	18,7
Resultado Primário	-2,0	-3,2

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,2 bilhões até março deste ano, contra R\$ 2,0 bilhões em igual período de 2001. Houve crescimento de R\$ 1,5 bilhão (10,3%) nas contribuições previdenciárias; todavia, em relação ao PIB, estas permaneceram praticamente iguais às observadas no primeiro trimestre do ano anterior (5,1% do PIB). Por sua vez, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 2,7 bilhões, atingindo cerca de 6,21% do PIB, contra 5,80% no primeiro trimestre de 2001. Em larga medida, tal acréscimo deveu-se aos incrementos de 13,3% no valor médio dos benefícios e de 3,0% na quantidade média de benefícios em 2002, relativamente a igual período do ano passado.

Tesouro Nacional

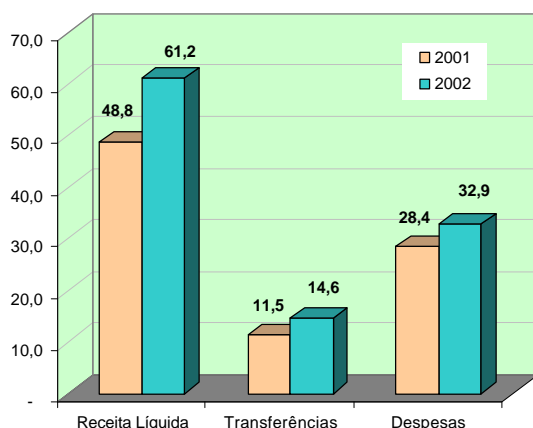
O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 13,8 bilhões no trimestre (4,6% do PIB), contra R\$ 8,9 bilhões no mesmo período do ano anterior (3,2% do PIB). As receitas passaram de 17,7% do PIB, no primeiro trimestre de 2001, para 20,3%, até março deste ano. O ingresso adicional dos tributos administrados pela Receita Federal, conforme mencionado anteriormente, explica boa parte do crescimento observado. As transferências constitucionais acompanharam a evolução das receitas partilhadas,

principalmente do Imposto de Renda, e cresceram cerca de 0,7 ponto percentual do PIB. Por fim, houve crescimento de 0,6 ponto percentual do PIB nas despesas do Tesouro, igualmente distribuído entre pessoal e encargos e custeio e capital. As despesas com pessoal passaram de 5,67% do PIB, no primeiro trimestre de 2001, para 5,97%, este ano, e as despesas de custeio, de 4,62% para 4,94%.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receitas do Tesouro (*)	17,7%	20,3%
Transferências	4,2%	4,8%
Despesas do Tesouro	10,3%	10,9%
Resultado Primário	3,2%	4,6%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Resultado do Tesouro Nacional
Brasil, Jan-Mar (R\$ bilhões)



No primeiro trimestre do ano, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 13,8 bilhões, contra R\$ 8,9 bilhões em igual período de 2001.

Em março, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,5 bilhões, inferior em R\$ 695,3 milhões à registrada no mês anterior. Essa queda deveu-se, principalmente, à redução de R\$ 906,4 milhões nas demais receitas a qual foi parcialmente compensada pelo aumento da arrecadação com impostos e contribuições.

A queda das demais receitas do Tesouro Nacional é explicada pelo comportamento das receitas de concessão e dos depósitos judiciais, os quais apresentaram redução de R\$ 588,7 milhões e R\$ 420,5 milhões, respectivamente, em decorrência de ingressos ocorridos em fevereiro sem correspondentes no mês de março: recolhimentos referentes à concessão de serviços de telefonia (Banda D), no valor de R\$ 610,0 milhões, e de depósitos judiciais atípicos, no montante de R\$ 434,8 milhões.

As receitas com impostos e contribuições totalizaram R\$ 16,9 bilhões, superando a arrecadação de fevereiro em R\$ 211,1 milhões. Entre os tributos que apresentaram crescimento, merece destaque a CSLL (R\$ 186,1 milhões, 23,5%) e o IRRF-Rendimentos do Trabalho (R\$ 231,2 milhões, 15,5%). Os

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A arrecadação de março situou-se abaixo da verificada em fevereiro como decorrência do ingresso de receitas de concessão, bem como de depósitos judiciais atípicos, naquele mês sem correspondência em março.

tributos que apresentaram reduções mais expressivas foram o IRPF (R\$ 84,5 milhões, 35,1%) e o IRRF-Rendimentos do Capital (R\$ 81,4 milhões, 8,6%).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 20,6% do PIB, superando em 2,6 pontos percentuais a arrecadação do mesmo período de 2001. Impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, elevação equivalente a 2,4 pontos percentuais do PIB e as demais receitas 0,2 ponto percentual.

Em relação ao primeiro trimestre de 2001, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 12,3 bilhões. Tal acréscimo está associado, principalmente, aos seguintes fatores: i) arrecadação atípica em 2002 decorrente dos pagamentos pelos fundos de pensão referentes a débitos em atraso, no montante de R\$ 4,3 bilhões, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.222/2001; ii) arrecadação extra, em janeiro, no valor de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras decorrente da permuta de títulos públicos; iii) maior arrecadação nesse ano do IRPJ e CSLL referente à Declaração de Ajuste/2001, especialmente do setor financeiro; iv) depreciação de 18,2% da taxa de câmbio, com impacto positivo sobre a arrecadação do IRRF-Remessas ao Exterior, que cresceu 20,3%; e v) aumento da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, determinado pela Emenda Constitucional nº 31/2000, proporcionando aumento de arrecadação da ordem de 34,5%.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,2%	9,8%
Imposto de Renda	5,5%	7,4%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições Sociais	7,9%	8,7%
Cofins	4,0%	3,5%
CPMF	1,3%	1,6%
CSLL	0,9%	1,2%
Cide	-	1,7%
Outras	1,7%	0,8%
Demais	1,9%	2,1%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,1%	0,2%
Concessões	0,5%	0,5%
Outras	1,3%	1,5%
Total Bruto	18,0%	20,6%

No mesmo período de comparação, o Imposto de Importação apresentou decréscimo de R\$ 552,5 milhões, devido à queda no valor em dólar das importações tributadas (24,6%) e à redução de 17,3% na alíquota média, com reflexos também na arrecadação do IPI-Vinculado à Importação. Em conjunto, as receitas da Cofins e do PIS/Pasep apresentaram diminuição de R\$ 536,8 milhões. Há que se considerar, no entanto, que R\$ 1,2 bilhão referente a esses tributos encontra-se classificado como CIDE-Combustíveis.

As demais receitas do Tesouro superaram em R\$ 1,1 bilhão (20,2%) os recolhimentos do primeiro trimestre de 2001. Vale destacar a arrecadação atípica em 2002 de receita referente a depósitos judiciais, no valor de R\$ 434,8 milhões, e o crescimento de R\$ 267,0 milhões nas receitas de contribuição para a pensão dos servidores militares, associado à reestruturação daquela carreira. Também apresentaram-se superiores a 2001 os recolhimentos de dividendos (R\$ 166,8 milhões) e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração direta e indireta (R\$ 137,4 milhões).

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	5.353,2	6.435,1
Dividendos da União	322,8	489,6
Concessões	1.468,8	1.402,0
Outras	3.561,6	4.543,5

As transferências a estados e municípios apresentaram aumento da ordem de 0,7 ponto percentual do PIB quando comparadas ao primeiro trimestre de 2001. Em termos nominais, verificou-se aumento de 26,8%, correspondente a um acréscimo da ordem de R\$ 3,1 bilhões no montante transferido àqueles entes da Federação.

Destaca-se a evolução das transferências constitucionais que superaram em R\$ 2,9 bilhões as realizadas no primeiro trimestre de 2001 (32,4%). Tal desempenho acompanha o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, em especial o Imposto de Renda que, em 2002, foi afetado pelo recolhimento de débitos em atraso de fundos de pensão, entre outros fatores.

Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 mantiveram-se em 0,3% do PIB, mesmo nível registrado em 2001. Tais transferências totalizaram R\$ 988,2 milhões no primeiro trimestre de 2002, contra R\$ 896,1 milhões em 2001. Vale mencionar que essas foram redefinidas pela Lei Complementar nº 102/2000, que estabeleceu para 2001 e 2002 repasses no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidos anualmente pelo IGP-DI.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional aumentaram 10,5% em relação a fevereiro, crescimento este focalizado na rubrica “outras despesas com custeio e capital”, que apresentou acréscimo de R\$ 1,2 bilhão. Por outro lado, observou-se redução de R\$ 202,2 milhões na folha salarial do funcionalismo público, associada ao movimento sazonal da despesa com férias ocorrida no mês anterior.

As despesas totais do FAT (seguro-desemprego, abono salarial e demais) em março perfizeram R\$ 480,1 milhões, contra R\$ 627,5 milhões, em fevereiro. Cabe destacar que o decréscimo de R\$ 282,0 milhões nas despesas com seguro-desemprego, deveu-se ao fato de que em fevereiro foram liberados recursos para pagamento de benefícios relativos também a janeiro.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 191,7 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 98,6 milhões em relação ao mês anterior. Os subsídios às exportações relacionados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), passaram de R\$ 10,4 milhões para R\$ 33,4 milhões devido, principalmente, à emissão de títulos federais (NTN-I) para pagamento de contratos entre os exportadores e as instituições financeiras relativos ao custeio de operações dos meses de fevereiro e março, além de R\$ 12,0 milhões de restos a pagar do exercício de 2001.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,27%	3,96%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,33%
Demais	0,58%	0,55%
Total	4,17%	4,84%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A rubrica “outras despesas com custeio e capital” registrou aumento de R\$ 1,3 bilhão, comparativamente ao mês anterior, em função de pagamentos realizados por diversos órgãos com recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro Nacional em meses anteriores. Em março, foi realizada despesa de R\$ 200,0 milhões, relativa à participação da União no aumento de capital da empresa Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), conforme estabelecido na Medida Provisória nº 34, de 06/03/2002.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro trimestre de 2002, as despesas do Tesouro Nacional cresceram 0,6 ponto percentual do PIB, em relação ao mesmo período de 2001, sendo 0,3 ponto percentual do PIB, relativo ao crescimento na despesa com a folha salarial do funcionalismo público e 0,3 ponto percentual do PIB, em decorrência do acréscimo dos gastos com custeio e capital.

Relativamente à rubrica pessoal e encargos sociais, houve crescimento de R\$ 2,3 bilhões, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em decorrência dos seguintes fatores, sem correspondência no primeiro trimestre de 2001:

- impacto da revisão geral de 3,5%, a partir de fevereiro deste ano, na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, estabelecido na Lei nº 10.331, de 18/12/2001;
- efeitos financeiros da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06/09/2001 e reedições posteriores, que dispôs sobre a criação, reestruturação, organização de carreiras, cargos e funções, no âmbito da Administração pública federal;
- impacto, em janeiro deste ano, do pagamento da segunda parcela referente ao passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios) devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU);
- extensão de 3,17%, a partir de fevereiro deste ano, aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a Medida Provisória nº 2.225, de 04/09/2001; e
- pagamento integral do passivo de 28,86% para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, a partir de novembro de 2001, conforme estabelecido pelas Portarias do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

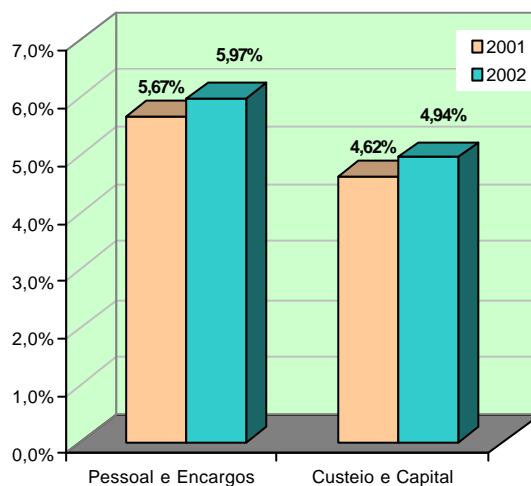
No que se refere às “outras despesas de custeio e capital”, houve acréscimo nominal da ordem de R\$ 2,5 bilhões, em comparação ao período

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,67%	5,97%
Custeio e Capital	4,62%	4,94%
Despesas do FAT	0,49%	0,48%
Subsídios e Subvenções	0,32%	0,14%
Outras	3,81%	4,32%

acumulado de janeiro a março de 2001, justificado, em parte, pelo crescimento dos gastos das áreas de Saúde e Educação. Refletindo o cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000, até março deste ano, as despesas com custeio e investimento do Ministério da Saúde perfizeram R\$ 5,4 bilhões, ao passo que no mesmo período de 2001, atingiram o montante de R\$ 4,8 bilhões. No caso do Ministério da Educação, tais gastos perfizeram R\$ 1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2002 contra R\$ 912,9 milhões em igual período do ano passado, principalmente pela execução do programa Bolsa-Escola, regulamentado a partir do Decreto nº 3.823, de 28/05/2001.

As "outras despesas de custeio e capital" elevaram-se em R\$ 2,5 bilhões, comparativamente ao primeiro trimestre do ano anterior. Deste montante, R\$ 1,1 bilhão foi referente a despesas nas áreas de Saúde e Educação.

Despesas do Tesouro Nacional
(Jan-Mar, em % do PIB)



Por fim, as despesas com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações apresentaram redução de R\$ 418,3 milhões, em relação à igual período do ano anterior. Os subsídios à agricultura e despesa líquida com aquisição de produtos diminuíram R\$ 206,2 milhões como reflexo do aumento nas receitas obtidas com venda de produtos agrícolas, sobretudo milho e arroz, em operações ao amparo do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

Os subsídios às exportações apresentaram redução de R\$ 212,1 milhões em relação a 2001. Variação essa associada, principalmente, à diminuição ocorrida, entre janeiro e março deste ano, na quantidade de novos pedidos de equalização de taxas de juros no âmbito do Proex.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	327,0	120,8
Custeio Agropecuário	45,4	41,6
Investimento Rural	21,0	14,3
Preços Agrícolas	153,5	16,7
- EGF	0,7	0,1
- AGF	124,3	-43,4
- Sustentação de preços	28,5	60,0
Pronaf	107,1	48,2
Exportação	280,2	68,1
Proex	280,2	68,1
Total	607,2	188,9

Previdência Social

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 1,1 bilhão, 6,0% superior ao verificado em fevereiro. A tabela a seguir apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Fev	Mar	Jan-Mar	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.183,8	5.181,8	14.046,7	15.496,8
Arrecadação Bruta	5.545,0	5.561,7	15.436,5	16.913,2
- Contribuição Previdenciária	5.225,9	5.246,4	14.418,4	15.862,8
- Simples	185,4	181,1	557,6	635,3
- CDP	0,0	12,4	23,9	12,4
- CFT	26,9	19,0	71,2	86,5
- Depósitos Judiciais	62,5	64,1	211,0	179,2
- Refis	35,1	29,1	118,1	100,7
- Outras Receitas	9,3	9,7	36,4	36,4
(-) Restituição/Devolução	-12,8	-15,5	-63,8	-53,4
(-) Transferências a Terceiros	-348,5	-364,4	-1.326,0	-1.362,9
Benefícios Previdenciários	6.254,7	6.316,7	16.009,9	18.729,2
Resultado Primário	-1.070,9	-1.134,9	-1.963,2	-3.232,4
Resultado Primário/PIB			-0,71%	-1,07%

Em março, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,1 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 3,2 bilhões, equivalente a 1,07% do PIB.

A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 5,2 bilhões, permanecendo no mesmo nível de fevereiro. As despesas com benefícios previdenciários apresentaram aumento de 1,0%, totalizando R\$ 6,3 bilhões.

Em relação às receitas, cabe destacar que em março foram registrados ingressos decorrentes de resgates de Certificados da Dívida Pública (CDP) da ordem de R\$ 12,4 milhões. Também se observou aumento na arrecadação dos depósitos judiciais de R\$ 1,6 milhão (2,6%) em relação ao mês anterior. Por outro lado, as demais receitas provenientes de medidas de recuperação de crédito, como as decorrentes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), tiveram menor realização no mês. No conjunto, estas passaram de R\$ 62,0 milhões no mês de fevereiro para R\$ 48,1 milhões em março, representando queda de 22,4%.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,09%	5,14%
Benefícios	5,80%	6,21%
Resultado Primário	-0,71%	-1,07%

Até o mês de março, a arrecadação líquida atingiu R\$ 15,5 bilhões contra R\$ 14,0 bilhões em igual período de 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2002 corresponde a 5,1 pontos percentuais, permanecendo praticamente constante quando comparada a igual período de 2001.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 18,7 bilhões no trimestre, contra R\$ 16,0 bilhões observados em idêntico período de 2001. Em proporção ao PIB, apresentaram crescimento de 0,4 ponto percentual comparativamente à

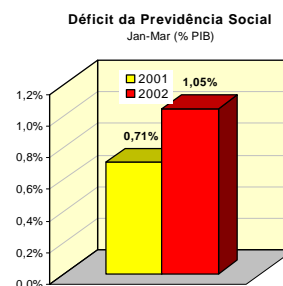
igual período de 2001. Esse acréscimo é explicado, principalmente, pelo incremento de 590,7 mil na quantidade média de benefícios no ano de 2002, como também pelo aumento de 13,3% do valor médio dos benefícios pagos, como reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso ocorridos em 2001.

Repetindo comportamento dos dois primeiros meses do ano, apenas o salário maternidade apresentou queda na quantidade média de benefícios concedidos no primeiro trimestre deste ano comparativamente a igual período em 2001, passando de 122,9 mil para 119,2 mil. As concessões dos demais benefícios apresentaram os seguintes acréscimos: i) as aposentadorias aumentaram em 225 mil (2,0%); ii) a pensão por morte, aumento de 144 mil (2,9%) ; iii) o auxílio – doença, aumento de 134 mil (27,8%); iv) os benefícios acidentários, com incremento de 21 mil benefícios (3,2%); e v) os benefícios assistenciais aumentaram em 67,7 mil (3,3%).

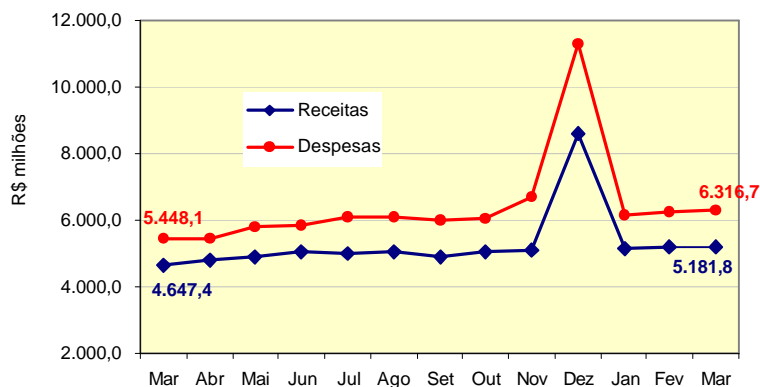
Em relação ao déficit acumulado em 2002, observou-se acréscimo de R\$ 1,2 bilhão em relação a igual período de 2001, passando de R\$ 2,0 bilhões em 2001 para R\$ 3,2 bilhões em 2002, equivalentes a 0,7% do PIB e 1,0% do PIB, respectivamente.

Benefícios Emitidos	Jan/2001-mar/2001	Jan/2002-mar/2002	%
Quantidade*	19,6	20,2	3,0%
Valor Médio**	275,0	311,5	13,3%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00



Receitas e Despesas da Previdência Social
Brasil, 2001/2002



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em março, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 294,3 bilhões, equivalente a 24,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002

(R\$ milhões)

	2002		
	Jan	Fev	Mar
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.796	131.478	124.770
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	514.240	522.730	518.341
Dívida Contratual da STN	-303.855	-300.640	-301.627
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-89.589	-90.611	-91.944
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	173.221	168.041	169.549
Dívida Mobiliária em Poder do Público	131.535	127.673	129.253
Títulos Depositados em Garantia	-3.992	-3.918	-3.581
Dívida Contratual	46.641	45.260	44.826
Disponibilidades	-963	-975	-949
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	294.018	299.519	294.319
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,5%	24,8%	24,2%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em março, a dívida líquida diminuiu 1,7%, totalizando R\$ 294,3 bilhões, devido aos resgates líquidos da DPMFi e apreciação do real ante o dólar de cerca de 1,1%.

Em relação ao mês de fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional diminuiu em 0,6 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, o resgate líquido de R\$ 6,5 bilhões da dívida interna e apreciação do real ante o dólar em cerca de 1,1%. Por outro lado, houve aumento de R\$ 1,5 bilhão no saldo da dívida externa, devido, principalmente, à emissão de títulos Global 2008 (US\$ 1,25 bilhão).

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida caiu 0,7 ponto percentual do PIB em relação a fevereiro. Tal comportamento reflete o decréscimo de R\$ 4,4 bilhões no estoque da dívida mobiliária em poder do público além do aumento dos saldos dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias), nos montantes de R\$ 1,0 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2002		
	Jan	Fev	Mar
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.796	131.478	124.770
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	514.240	522.730	518.341
LFT	279.676	277.993	260.294
LTN	48.040	47.389	56.897
NTN-C	26.836	30.747	30.923
NTN-D	40.710	47.277	50.922
Demais	97.231	93.326	94.459
Dívida Securitizada	19.522	23.752	22.601
TDA	2.225	2.244	2.245
DÍVIDA CONTRATUAL	-393.443	-391.251	-393.571
<i>Tesouro Nacional</i>	-303.855	-300.640	-301.627
Dívida Bancária	25.364	25.367	25.361
Lei nº 7.976/89	-10.684	-10.425	-10.304
Lei nº 8.727/93	-45.312	-45.331	-45.299
Lei nº 9.496/97	-154.769	-155.046	-155.942
Renegociação Dívida Municipais	-20.375	-20.426	-20.830
Demais Haveres da STN	-98.078	-94.779	-94.613
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-89.589	-90.611	-91.944
FAT	-65.643	-65.919	-66.717
Demais Entidades	-23.946	-24.693	-25.227
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,8%	43,2%	42,6%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,7%	-32,3%	-32,3%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,3%	-24,8%	-24,8%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,1%	10,9%	10,2%

Em março, conforme apresentado na tabela 4, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 6,5 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 13,3 bilhões e os resgates a R\$ 19,8 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressalta-se: i) R\$ 8,7 bilhões em LTN, com vencimentos em 11/2002, 04/2003 e 01/2004. Destaca-se que as LTN com vencimento em 2004 foram emitidas por meio de oferta firme; ii) R\$ 3,9 bilhões em NTN-D com vencimentos em 04/2003, 02/2004, 02/2005 e 07/2008; iii) emissão de R\$ 518,0 milhões em NTN-B – títulos remunerados pelo IPC-A, por meio de oferta pública (13 e 14 de março); e iv) início da emissão de títulos, no dia 27 de março, por meio das operações de swap cambial conjugadas com ofertas primárias de LFT realizadas em conjunto pelo Tesouro Nacional e Banco Central.

Vale ressaltar que, no volume total emitido em oferta pública, estão incluídos R\$ 7,0 milhões correspondentes à venda direta de títulos por meio da internet – Tesouro Direto.

Emissões e Resgates

O Tesouro Nacional realizou, em março, resgate líquido de R\$ 6,5 bilhões

Boxe 1 – Ofertas de swap cambial e LFT

Em 27 de março, iniciou-se nova forma de emissão de títulos por meio das operações de swap cambial conjugadas com ofertas primárias de LFT, realizadas em conjunto pelo Tesouro Nacional e Banco Central. A finalidade de tais operações é a de garantir hedge ao mercado de câmbio, por meio dos swaps, e, ao mesmo tempo, oferecer títulos (LFT) mais adequados à carteira dos fundos de investimento.

Nos dias 27 e 28 de março, foram realizadas duas ofertas de LFT nesta nova sistemática, no montante total de cerca de R\$ 1,3 bilhão, com prazo de vencimento de 24 meses.

TABELA 4
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Mar/2002

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	13.162	151	13.313
LFT	0	0	0
LTN	8.713	0	8.713
NTN-C	1	0	1
NTN-D	3.890	0	3.890
TDA	0	16	16
Securitizada**	0	0	0
Demais	557	135	691
II. Resgates***	17.727	2.053	19.779
LFT	16.819	0	16.819
LTN	0	0	0
NTN-C	123	0	123
NTN-D	772	0	772
TDA	0	23	23
Securitizada**	0	1.330	1.330
Demais	12	700	712
III. Valor líquido (I-II)	-4.565	-1.901	-6.467

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 151,3 milhões, tendo sido mais representativa a emissão de R\$ 117,8 milhões em LFT-B, ao estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Estímulo à Redução do Setor Público no Sistema Financeiro (Proes).

Boxe 2 – Emissão de NTN-B por Oferta Pública

O Tesouro Nacional realizou sua primeira oferta pública de títulos remunerados pelo IPCA (Notas do Tesouro Nacional - série B – NTN-B) nos dias 13 e 14 de março com prazo de vencimento em 15 de março de 2023 (7.670 dias). A primeira emissão do Tesouro de títulos com tais características já ocorrera em fevereiro deste ano por meio de operação de troca, com a Petrobras, de títulos remunerados pela TR (Notas do Tesouro Nacional – série P – NTN-P) por NTN-B com prazo de vencimento de 30 anos.

O leilão foi realizado em duas etapas, nos dias 13 e 14 de março, com liquidação financeira em 15 de março e o montante total vendido foi de R\$ 518,0 milhões. Na primeira etapa, foram vendidos R\$ 204,0 milhões em moeda corrente à taxa de 11,05% a.a.. Na segunda etapa, nos mesmos moldes dos leilões de NTN-C – título remunerado pelo IGP-M, houve troca no montante de aproximadamente R\$ 314,0 milhões, por títulos da dívida securitizada, perfazendo um total de 60,63% do volume total emitido.

A emissão da NTN-B vem ao encontro da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional, cujas principais diretrizes baseiam-se na redução dos riscos de refinanciamento e de mercado.

Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 2,1 bilhões sendo a maior parte referente: i) ao cancelamento de R\$ 600,0 milhões de CVS, dos quais R\$ 100,0 milhões referentes ao pagamento de dívida do Estado de Santa Catarina junto à União, no âmbito de Lei nº 9.496/1997, e R\$ 500,0 milhões relativos ao pagamento de ações da Companhia Vale do Rio Doce; e ii) à troca de títulos da dívida securitizada no leilão de NTN-B no montante de R\$ 437,0 milhões.

Em linha com a estratégia de substituição dos títulos pós fixados por prefixados, a participação dos títulos remunerados à taxa Selic reduziu-se em 2,64 pontos percentuais devido ao resgate líquido de R\$ 16,8 bilhões de LFT. Em função do elevado volume desse resgate, a participação dos demais indexadores apresentou acréscimo em relação ao mês de fevereiro, com destaque para os títulos remunerados pela taxa de câmbio e os prefixados. Tais títulos apresentaram incremento de 0,84 e 1,63 ponto percentual, respectivamente, movimento explicado também pelas emissões líquidas de NTN-D e LTN ocorridas no mês. Vale ressaltar que o aumento na participação dos títulos cambiais não representa maior exposição da dívida do Governo Federal ao câmbio, tendo em vista que as emissões de NTN-D vêm sendo realizadas para fins de substituição de títulos com as mesmas características (NBC-E) de responsabilidade do Banco Central.

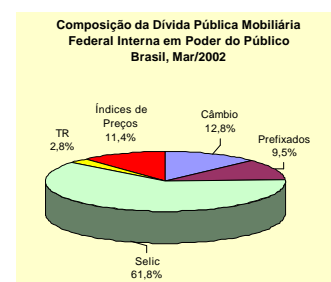
Composição

Houve queda na participação dos títulos remunerados pela Selic, de 64,42% em fevereiro para 61,78% em março.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002

Indexador	2002 (%)		
	Jan	Fev	Mar
	Selic	66,08	64,42
Câmbio	10,95	11,99	12,83
Prefixados	9,41	9,52	11,15
Índices de Preços	10,78	11,30	11,39
TR	2,77	2,76	2,84
Outros	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou em 2,06 pontos percentuais, passando de 13,09% a.a. em fevereiro para 15,15% a.a. em março devido à menor apreciação cambial no mês (1,05% em março contra 2,90% em fevereiro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio apresentou ligeira redução.

Custo Médio

Em relação aos títulos emitidos em oferta pública em mercado (exclusive cambiais), o custo médio dos mesmos caiu de 18,48% a.a. em fevereiro para 18,29% a.a. em março. Cumpre mencionar que as taxas médias de captação das LTN de 6 meses apresentaram nova redução no mês de março (18,63 % a.a. contra 19,55% a.a. no mês anterior).

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

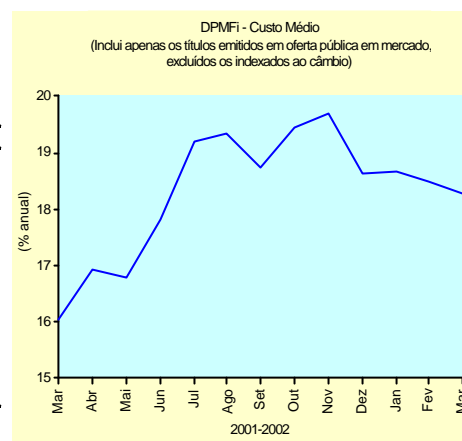
Título	Em % anual		
	2001		2002
	Mar	Fev	Mar
LTN	17,37	18,95	19,90
LFT	15,39	18,97	18,72
NTN-C	17,97	13,84	12,78
NTN-D	95,49	-24,36	-1,26
TDA	7,94	7,36	7,91
Dívida Securitizada *	13,30	8,36	8,39
Demais	22,69	8,95	11,79
Total	20,54	13,09	15,15

* Não inclui dívida agrícola.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2001				
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Prazo Médio

Em março, o prazo médio da DPMFI em poder do público apresentou ligeira redução, tendo atingido 40,01 meses, contra 40,34 meses em fevereiro. Tal redução ocorreu devido às quedas nos prazos médios das LTN, NTN-C, TDA e dívida securitizada. A redução de 2,11 meses no prazo médio da dívida securitizada foi influenciada principalmente pelo cancelamento de CVS cujo prazo (140,74 meses) é superior ao prazo médio de estoque dos títulos da dívida securitizada.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002

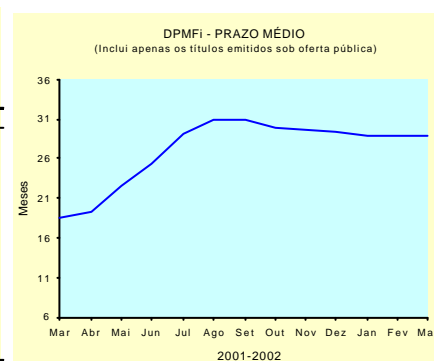
Título	(meses)		
	Jan	Fev	Mar
LTN	4,16	4,82	4,60
LFT	35,93	35,66	36,59
NTN-C	73,17	70,73	70,02
NTN-D	20,17	18,86	18,42
TDA	50,58	51,42	50,51
Dívida Securitizada*	74,11	63,55	61,43
Demais	101,82	108,07	107,72
Total	40,70	40,34	40,01

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	(meses)	
	Total	Of. Pub. (1)
2001		
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93
Set	40,34	30,92
Out	40,69	29,81
Nov	40,13	29,64
Dez	39,84	29,40
2002		
Jan	40,70	28,80
Fev	40,34	28,85
Mar	40,01	28,79

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



Com relação às ofertas públicas, destacam-se os avanços no sentido do alongamento dos prazos médios de emissão dos títulos prefixados e remunerados pela taxa de câmbio, tendo aumentado de 8,17 e 16,15 meses, em fevereiro, para 9,77 e 24,26 meses, em março, respectivamente.

Os indicadores constantes do Plano Anual de Financiamento (PAF 2002) para os três primeiros meses do ano têm apresentado trajetória consistente com os intervalos estipulados pelo Plano para dezembro de 2002, conforme visualizado na tabela a seguir.

Indicadores	Dez.01 (realizado)	Jan.02 (realizado)	Fev.02 (realizado)	Mar.02 (realizado)	Intervalos PAF.2002 (Dez.02)
Estoque da DPMFi em mercado (R\$ bi)	624,08	635,11	631,64	626,32	700 - 760
Prazo Médio da DPMFi (meses)	34,97	35,61	35,56	35,37	34 - 38
Duração da DPMFi (meses)	12,39	n/d	14,59	14,56	13 - 15
% vencendo em 12 meses	25,59	25,28	24,62	23,62	26 - 29
Composição do Estoque da DPMFi					
Prefixado	7,82%	7,57%	7,50%	9,07%	7% - 10%
Índice de Preços	6,99%	8,10%	8,57%	8,64%	6% - 8%
Câmbio	28,61%	29,36%	28,70%	28,68%	25% - 30%
Selic	52,79%	52,61%	52,72%	51,17%	51% - 56%
TR e outros	3,79%	2,37%	2,50%	2,44%	3% - 4%

Fonte: STN/COGEP

Plano Anual de Financiamento – Resultados do Primeiro Trimestre

A evolução dos indicadores de estoque e composição da DPMFi, de duração e de percentual de dívida vincenda em 12 meses apresentaram comportamento consistente com os intervalos perseguidos para o final de 2002.

Destaca-se, no primeiro trimestre de 2002, a relativa estabilidade do estoque da DPMFi (Tesouro Nacional e Banco Central) em comparação com o mês de dezembro de 2001. Tal comportamento pode ser explicado principalmente pelo resgate líquido de R\$ 23,3 bilhões ocorrido no período e pela redução/estabilidade dos principais indexadores da dívida, principalmente, a depreciação cambial (0,14%) e o custo médio de captação dos títulos prefixados (prazo de seis meses), que atingiu, no período, 18,16% a.a., contra 20,81% no ano de 2001.

Em conformidade com a estratégia de redução do risco de refinanciamento, observou-se aumento no prazo médio (34,97 meses para 35,37 meses) e na duração da DPMFi (12,39, de dezembro de 2001 para 14,56 em março) e redução do percentual vincendo em 12 meses da DPMFi.

Cabe salientar que a queda do percentual vincendo em 12 meses, em relação a dezembro de 2001, decorreu da estratégia, adotada no período recente, de desconcentração dos vencimentos. Em função disso, espera-se que haja um aumento desse percentual a partir do próximo mês, sempre dentro do limite estabelecido no PAF para dezembro de 2002.

Nessa mesma direção, houve aumento da participação dos títulos prefixados e queda daqueles remunerados pela taxa Selic. Quanto aos títulos

indexados a índices de preços, observou-se aumento de sua participação, o que contribui para a redução do risco de mercado, na medida em que auxilia na diminuição dos descasamentos de ativos e passivos do Governo Central.

Dívida Externa Líquida

No mês de março, o estoque da DPFe apresentou redução de 2,97%, em moeda nacional.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), de responsabilidade do Tesouro Nacional em moeda nacional, apresentou no mês de março elevação de 0,66% (R\$ 1,1 bilhão). Tal movimento decorreu principalmente dos seguintes fatores: i) emissão de R\$ 3,0 bilhões (US\$ 1,25 bilhão) do bônus Global 2008; ii) apreciação cambial; e iii) amortizações ocorridas no mês.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001		2002	
	Mar	Fev	Mar	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	118.261,8	127.672,9	129.252,8	
Bônus de Renegociação	50.674,6	45.389,8	44.878,3	
Bônus de Captação	67.587,2	82.283,0	84.374,4	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	41.284,3	45.260,1	44.826,0	
Organismos Multilaterais	19.274,5	23.588,1	23.356,3	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.378,1	7.975,2	7.889,9	
Clube de Paris	14.631,6	13.696,7	13.579,8	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.140,5	-3.917,5	-3.580,7	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-988,0	-974,7	-949,4	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	153.417,7	168.040,7	169.548,7	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	13,6%	13,9%	13,9%	

Boxe 3 – Global 2008

Em 12 de março, a República do Brasil emitiu bônus Global, com vencimento em 2008, no montante de US\$ 1,25 bilhão e juros semestrais de 11,50% a.a. O título foi emitido com spread de 738 b.p.s acima dos títulos do Tesouro Americano de prazo equivalente e yield de 11,73% a.a..

Em março, o montante pago relativo ao serviço da dívida externa foi de R\$ 836,9 milhões, dos quais R\$ 522,5 milhões referiu-se ao pagamento de juros e R\$ 314,4 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 466,3 milhões) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária, R\$ 272,9 milhões a organismos multilaterais (BIRD e BID) e R\$ 97,7 milhões a bancos privados e agências governamentais, conforme observa-se na tabela 10.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Mar/2002

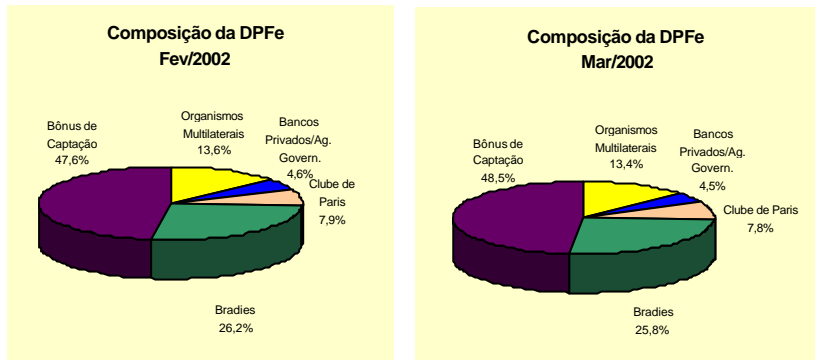
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	314,3	522,6	836,9
I.1. Organismos Multilaterais	196,2	76,7	272,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	81,9	15,8	97,7
I.3. Dívida Mobiliária	36,2	430,1	466,3
Euro 2003	0,0	101,0	101,0
Global 2030	0,0	231,7	231,7
BIB	36,2	25,9	62,1
Samurai 2006	0,0	25,5	25,5
Global 2008	0,0	45,7	45,7
Bônus (taxa ao BIS)	0,0	0,3	0,3

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 836,9 milhões no mês.

Quanto à composição da DPFe, ressalta-se que a maior alteração ocorreu em virtude da emissão do bônus Global 2008. A emissão fez com que a participação dos bônus de captação aumentasse, em contrapartida aos demais itens da DPFe, conforme demonstrado a partir dos gráficos abaixo.

Composição



O prazo médio da DPFe em março foi de 6,43 anos, apresentando redução de 0,21 ano em relação ao prazo médio de fevereiro, devido principalmente: i) ao menor prazo da emissão do Global 2008 (6 anos) relativamente ao prazo médio verificado em fevereiro (6,64 anos) e; ii) à redução, em um mês, nos prazos remanescentes dos demais títulos.

Prazo e Custo Médios

Quanto ao custo médio, houve aumento de 8,41% a.a. em fevereiro, para 8,48% a.a. em março. O motivo de tal variação positiva também relaciona-se à emissão do Global 2008, pois tal título foi emitido à taxa de juros de 11,50% a.a. superior ao custo médio observado em fevereiro.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,48% a.a. e prazo médio de 6,43 anos, em março.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002
	Mar	Fev	Mar
Prazo Médio (anos)	7,05	6,64	6,43
Bônus de Renegociação	6,42	6,32	6,24
Bônus de Captação	7,51	6,81	6,53
Globais	8,81	8,27	7,84
Euros	4,11	3,83	3,75
Demais	3,36	2,64	2,60
Custo Médio (% a.a.) *	9,21	8,41	8,48
Bônus de Renegociação	7,57	5,19	5,19
Bônus de Captação	10,45	10,19	10,23
Globais	11,02	11,11	11,13
Euros	9,86	9,94	9,94
Demais	6,08	5,08	5,08

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. RECEITA TOTAL	21.645,2	24.671,8	23.407,9	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.294,7	23.994,0	23.442,5
I.1. Receitas do Tesouro	16.997,8	19.889,4	18.489,5	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.163,4	18.810,2	18.260,7
I.1.1 Receita Bruta	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7	18.465,4
- Impostos	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4
- Contribuições	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1
- Demais	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,4	1.550,0
I.1.2. (-) Restituições	-250,6	-126,8	-100,7	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.181,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5
II.1. Transferências Constitucionais	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0
II.2. Lei Complementar 87/96	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4
II.3. Demais	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.325,8	21.039,3	19.102,8	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.486,6	18.557,0	19.112,9
IV. DESPESA TOTAL	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.185,2	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.403,1	16.054,5	17.148,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.244,1	5.477,6	5.275,2
IV.1.1. INSS	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1
IV.1.2. Demais	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.846,9	5.199,2	4.982,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7
IV.3. Custeio e Capital	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.803,0	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.165,1	5.001,1	4.322,3	5.556,9
IV.3.1. Despesa do FAT	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	335,5	627,5	480,1
- Abono e Seguro Desemprego	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7
- Demais Despesas do FAT	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	24,1	43,5	109,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	346,5	205,1	327,9	326,1	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	683,5	140,3	93,1	191,7
- Operações Oficiais de Crédito	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6
- Subvenções aos Fundos Regionais	75,5	86,3	49,8	223,7	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	124,3	128,7	10,4	97,1
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.525,4	3.601,6	4.885,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.650,9	6.685,8	3.560,5	1.629,2	1.249,4	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.783,6	6.083,4	2.502,5	1.964,1
V.1. Tesouro Nacional	4.451,6	7.368,3	4.440,2	2.422,5	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.110,1	3.573,4	3.099,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.134,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-43,3	-76,5	-57,0	-35,2	-46,0	-50,8	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.607,6	6.609,4	3.503,5	1.594,0	1.203,4	2.409,3	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.863,4	6.060,6	2.449,3	1.906,3
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	273,8	-108,5	508,2	-186,5	58,0	61,7	371,3	-499,1	-13,1	-1.065,7	987,4	-310,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.048,0	2.139,0	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.520,0	-672,8	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.472,0	1.466,2	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.990,8	27.856,6	24.574,1
I.1 - Recolhimento Bruto	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.534,1	19.670,3	17.213,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	879,1	833,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5
I.5 - Receita do Salário Educação	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9
II. DESPESAS	17.749,9	23.462,4	23.966,7	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.654,5	25.831,9	23.102,7
II.1 - Liberações Vinculadas	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8
II.2 - Liberações Ordinárias	13.870,4	19.058,8	19.015,5	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.785,3	19.673,6	18.255,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.845,5	4.871,9	5.179,9	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.067,8	5.289,8	5.390,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.242,1	584,4
i) Dívida Contratual Interna	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	108,4	3,1
ii) Dívida Contratual Externa	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.310,1	3.305,0	3.754,3	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.441,4	3.734,1	4.278,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.877,9	-1.114,2	-625,0	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.663,7	2.024,7	1.471,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.520,1	14.133,0	17.395,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	17.021,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	351,1	355,6	373,3
V. DESPESAS	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.240,8	15.599,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	234,2	234,1
V.2.1 - Dívida Interna	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	120,0	14,8
V.2.2 - Dívida Externa	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	1.656,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1	3.791,6	1.286,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.646,0	1.882,8	26.548,6	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-396,1	4.708,5	4.554,2

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.569,1	9.615,4	2.117,0
I.1. Emissão de Títulos	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.595,0	1.911,7	830,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2
II.1. Resgate de Títulos	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5
II.2. Encargos da DPMF	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7
III. RESULTADO (I - II)	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1	3.791,6	1.286,7

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. DÍVIDA INTERNA	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.925,4	85.570,5	90.551,2	100.414,5	105.601,6	120.728,0	120.796,5	131.478,3	124.769,9
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1	496.733,3	493.494,8
Dívida Bancária	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0	11.287,2	10.803,5	10.961,3	15.086,6	14.480,2
CVS	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7	6.107,6	8.471,7	8.520,8	8.625,5	8.080,1
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4
Certificados de Privatização	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3
INSS	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2
Lei 7.976/89	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9
Bônus Renegociação	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5
Lei 8.727/93	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3
Lei 9.496/97	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8
Recebíveis das Estatais	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9	-27.030,5	-27.014,8	-27.222,6
Outros	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-19.935,2	-20.435,9	-20.611,9	-20.642,8	-20.633,9	-21.110,2	-21.058,2	-21.096,7
Fat	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2
Demais Entidades	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.945,6	-24.692,7	-25.226,8
Créditos das Operações Oficiais	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5
Arrecadação a Recolher	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-5.493,8	-5.600,8
II. DÍVIDA EXTERNA	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.548,7
Dívida Mobiliária	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8
Títulos Depositados em Garantias	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7
Dívida Contratual	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.826,0
Disponibilidades	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.732,8	273.983,9	287.587,5	297.967,3	286.430,0	285.359,2	294.017,8	299.519,0	294.318,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,6%	23,1%	23,5%	23,2%	23,0%	23,7%	24,5%	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,8%	24,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3
Brazil Investment Bond (BIB)	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5
Par Bond (PB)	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4
Discount Bond (DB)	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4
Debt Conversion Bond (DCB)	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1
New Money Bond (NMB)	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5
Eligible Interest (EI)	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4
Bônus Global	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1
Bônus Parallel Franco	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4
Bônus Parallel Florim	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3
Bônus Parallel Xelim	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7
Bônus Global 2027	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6
Bônus EuroIria	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7
Bônus Eurosterling 2007	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9
Bônus Euro 2003	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.220,8	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5
Bônus Global 2008	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1	790,7
Bônus Marco Alemão 2008	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0
Bônus Global 2004	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8
Bônus Euro 2002	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.667,0	1.617,7	1.600,7
Bônus Euro 2004	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5
Bônus Global 2009	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2
Bônus Euro 2006	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6
Bônus Euro 2001	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6
Bônus Euro 2010	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7
Bônus Global 2030	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8
Bônus Samurai 2003	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3
Bônus Euro 2005	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2
Bônus Global 2007	2.161,6	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4
Bônus Global 2040	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5
Bônus Euro 2007	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7
Bônus Samurai 2006	1.046,5	1.059,3	1.186,5	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4
Bônus Global 2006	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4
Bônus Euro 2011	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.000,9
Bônus Global 2024	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7
Bônus Samurai 2007	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.399,2	1.399,2
Bônus Global 2005	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7
III. DÍVIDA CONTRATUAL	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.826,0
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.548,7
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,6%	13,9%	15,2%	14,4%	15,2%	16,3%	16,8%	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	13,9%	13,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6	660.916,1	670.226,5	675.883,7	685.474,8	688.848,9
I. Dívida em Poder do Público	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1	496.733,3	493.494,8
LTN	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2
LFT	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3
LFT-A	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3
LFT-B	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8
LFT-E	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-	-
NTN-A	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8
NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6
NTN-C	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8
NTN-D	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8
NTN-H	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7
NTN-I	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5
NTN-P	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1
NTN-S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9
CFT-D	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1
Demais	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1
II. Dívida com BACEN	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0
LTN	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0
LFT	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8
LFT-A	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8
NTN-A	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1
NTN-D	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0
Demais	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3
Dívida em Poder do Público/PIB	36,2%	36,2%	35,7%	37,2%	38,6%	38,2%	38,7%	40,0%	40,1%	40,7%	41,0%	41,0%	40,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mar/2001	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2002
I. INTERNA	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.714,1	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.588,8	-90.611,3	-91.944,0
Dívida contratual	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1
FAT	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2
Aplicações financeiras	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4
Fundos Regionais	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.353,2	-16.772,0	-17.036,4
Demais	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1
II. EXTERNA	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4
Disponibilidades	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.779,0	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.551,8	-91.586,0	-92.893,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,2%	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,6%	-7,6%

(-) Haver (+) Obrigação
 Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em março, foram 23,5% menores que os valores distribuídos no mês de fevereiro/2002. .

Em relação ao mesmo mês de 2001, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 38,6%.

Em março, as transferências por conta do IPI apresentaram decréscimo de 11,8% em comparação aos valores transferidos no mês de fevereiro/2002.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/02 FEV/02	MAR/02 MAR/01	JAN A MAR/02 JAN A MAR/01
2001	1.237,3	1.411,0	4.380,1	-	-	-
2002	1.714,7	2.242,5	5.874,9	-23,5 %	38,6 %	34,1 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/02 FEV/02	MAR/02 MAR/01	JAN A MAR/02 JAN A MAR/01
2001	1.182,3	1.348,3	4.185,4	-	-	-
2002	1.638,5	2.142,8	5.613,8	-23,5 %	38,6 %	34,1 %

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

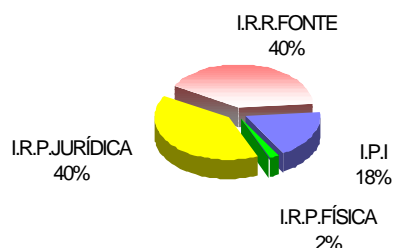
De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **março** foram efetuados nas seguintes datas: **08/03, 20/03 e 28/03**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAR	-25,0%	-23,5%	-25,0%	-23,5%	-15,0%	-11,8 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **março** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

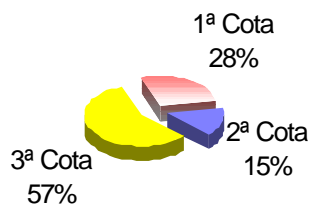
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



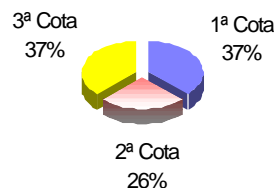
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de fevereiro a 20 de março, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)(2)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Fev	419,7	3.967,5	4.387,2						
MAR/2002	1.459,1	6.207,3	7.666,4	MAR/2002	7.620,8	1.392,7	1.457,5	113,8	523,1
1º Dec./Mar.	539,2	1.581,1	2.120,3	3º Dec./Fev.	4.387,2	801,8	839,0	35,7	295,8
2º Dec./Mar.	379,9	733,4	1.113,3	1º Dec./Mar.	2.120,3	387,5	405,5	45,8	148,0
3º Dec./Mar.	540,0	3.892,7	4.432,7	2º Dec./Mar.	1.113,3	203,5	212,9	32,3	79,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui valores do REFIS referentes ao ano de 2000 e 2001 classificados em dezembro de 2001 (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.021	47.645	11	9.870
AL	34.610	57.938	112	16.767
AM	20.389	38.862	3.227	11.524
AP	5.520	47.519	26	9.565
BA	132.134	130.862	6.661	59.651
CE	74.006	102.182	1.347	32.134
DF	3.516	9.612	3	2.717
ES	25.889	20.891	5.075	11.257
GO	54.477	39.596	797	17.401
MA	58.856	100.529	1.361	37.927
MG	189.768	62.038	14.783	53.421
MS	21.831	18.551	680	7.856
MT	27.782	32.142	622	11.644
PA	52.872	85.122	5.457	31.687
PB	47.064	66.695	288	20.268
PE	75.102	96.100	742	29.201
PI	36.128	60.184	133	18.805
PR	98.829	40.155	12.297	31.678
RJ	43.294	21.276	7.240	15.570
RN	36.103	58.186	353	16.880
RO	13.166	39.213	126	9.389
RR	6.958	34.549	8	7.345
RS	98.778	32.795	18.858	31.474
SC	57.410	17.824	10.736	16.946
SE	21.039	57.871	76	14.063
SP	193.837	13.927	22.759	55.378
TO	22.200	60.444	16	14.626
TOTAL	1.459.579	1.392.708	113.794	595.044

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM	+5,0%	+14,0%	-21,0%
FPE	+5,0%	+14,0%	-21,0%
IPI-EXP	+22,5,0%	-1,0%	+3,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jun/2001	08/08/01	Out/2001	30/10/01
Jul/2001	29/08/01	Nov/2001	30/01/02
Ago/2001	03/09/01	Dez/2001	25/01/02
Repub.	11/09/01	Jan/2002	21/02/02
Set/2001	30/01/01	Fev/2002	27/03/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

MARÇO/2002

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF apresentaram um decréscimo de 8,8 % quando comparados aos do mês anterior. Contribui para isso a redução de 23,5 % nas cotas do Fundo de Participação (FPE/FPM) e de 11,8% do IPI-EXP em relação ao mês anterior. O desempenho dos recursos originários do IPI-Exp. E do ICMS ocasionaram a variação negativa, em termos globais. O valor da Complementação da União refere-se a parcela do mês de março, conforme Portaria nr. 27, de 30/01/2002.

R\$ Mil

Origens	Fevereiro	Partic.	Março	Partic.	Mar/ Fev
FPM	333.366,5	18,0%	255.105,6	15,1%	-23,5%
FPE	321.151,6	17,3%	245.772,2	14,5%	-23,5%
IPI-EXP	22.770,4	1,2%	20.081,8	1,2%	-11,8%
LC 87/96 LC 102/00	49.424,5	2,7%	49.275,5	2,9%	-0,3%
Compl. União	49.624,0	2,7%	24.812,0	1,5%	-
ICMS	1.076.370,3	58,1%	1.095.527,1	64,8%	1,8%
Total	1.852.707,3	100%	1.690.574,2	100%	-8,8%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: stncofin@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

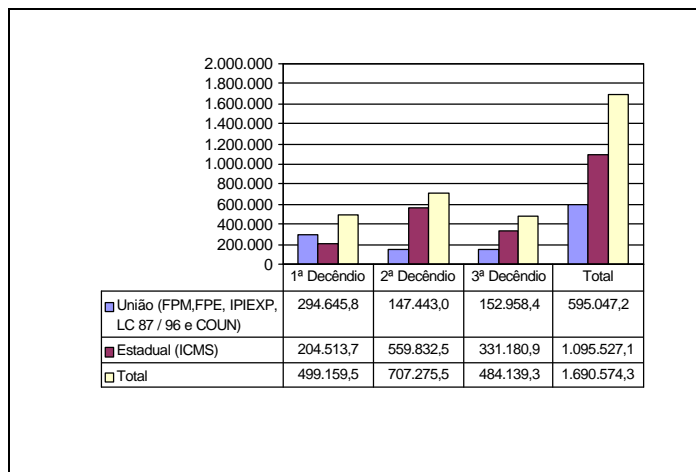
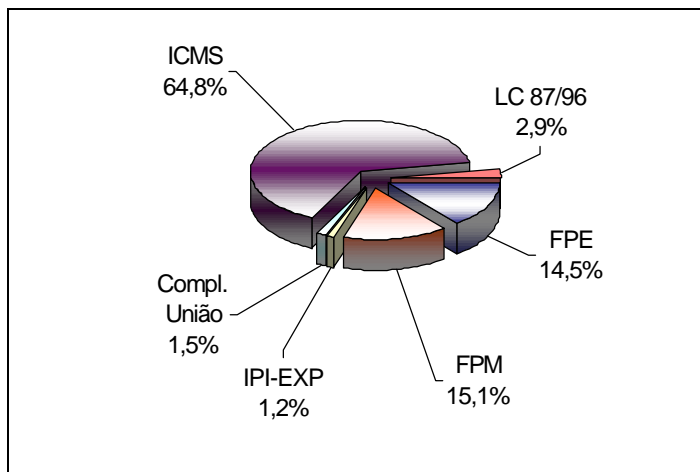
R\$ Mil

ESTADO MÊS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
	JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
TOTAL	183.718.200	137.222.800	66.536.800	21.016.600	421.804.264

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MARÇO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	8.408	1.416	2	0,0	45	1.667	11.538	84	277
AL	667.007	10.224	6.108	20	0,0	415	8.843	25.609	38	121
AM	630.642	6.858	3.598	569	0,0	498	19.614	31.138	49	156
AP	116.231	8.386	974	5	0,0	201	1.930	11.496	99	322
BA	3.527.787	23.093	23.318	1.175	10.229	1.836	50.186	109.838	31	103
CE	1.698.971	18.032	13.060	238	0,0	805	25.834	57.968	34	122
DF(2)	321.563	1.696	621	0	0,0	400	0	2.717	8	29
ES	542.389	3.687	4.569	895	0,0	2.106	20.280	31.537	58	196
GO	1.044.232	6.987	9.614	141	0,0	660	31.064	48.466	46	160
MA	1.544.447	17.740	10.386	240	8.731	829	10.860	48.787	32	105
MG	3.433.497	10.948	33.488	2.609	0,0	6.376	101.343	154.764	45	156
MS	420.557	3.274	3.853	120	0,0	610	16.141	23.997	57	178
MT	576.334	5.672	4.903	110	0,0	959	18.713	30.357	53	164
PA	1.546.627	15.022	9.330	963	4.216	2.156	15.300	46.987	30	107
PB	814.623	11.770	8.306	51	0,0	142	9.806	30.074	37	134
PE	1.579.456	16.959	11.445	131	0,0	666	29.621	58.822	37	123
PI	723.848	10.621	6.375	24	1.636	149	7.425	26.230	36	112
PR	1.573.083	7.086	17.440	2.170	0,0	4.982	64.017	95.695	61	172
RJ	2.008.289	3.755	7.640	1.278	0,0	2.898	115.703	131.273	65	207
RN	594.181	10.268	6.371	62	0,0	179	10.677	27.557	46	158
RO	301.839	6.920	2.323	22	0,0	123	4.515	13.904	46	158
RR	78.462	6.097	1.228	2	0,0	19	1.912	9.257	118	407
RS	1.596.324	5.787	17.397	3.328	0,0	4.962	82.449	113.923	71	224
SC	908.259	3.145	10.131	1.895	0,0	1.774	44.150	61.096	67	221
SE	395.309	10.213	3.713	13	0,0	124	7.116	21.178	54	183
SP	5.486.865	2.458	33.581	4.016	0,0	15.323	391.461	446.840	81	264
TO	323.383	10.666	3.918	3	0,0	39	4.900	19.526	60	225
Total	32.591.935	245.772	255.106	20.082	24.812	49.276	1.095.527	1.690.574	53	170

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.